

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GABRIELA MARIGHETTO

**A ESCOLA FORMARE ELEKTRO – UMA ANÁLISE DE UM PROJETO
DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.**

CAMPINAS - 2007

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Gabriela Marighetto

**A Escola Formare Elektro – uma análise de um projeto de
Responsabilidade Social Empresarial.**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação da UNICAMP, para obtenção do
título de bacharel em Pedagogia, sob
orientação do Prof. Dr. José Roberto Ruz
Peres.

Campinas – 2007

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Ruz Peres.

.....

Segundo leitor: Prof. Dr. Luis Enrique Aguilar.

.....

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Ana Lúcia e Carlinhos Marighetto,
responsáveis pela minha formação pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao prof. Dr. José Roberto pela disposição em me orientar e por acreditar na minha vontade de estudar este tema.

Obrigada também aos meus amigos e familiares que me apoiaram durante a realização deste trabalho.

Agradeço principalmente à oportunidade de poder estagiar no Instituto Elektro e conhecer outras possibilidades de atuação de uma pedagoga, para além da escola formal.

RESUMO

O presente estudo tem o propósito de compreender como se constitui, efetivamente, um projeto social desenvolvido por uma empresa que adota a responsabilidade social na gestão empresarial. Atualmente, verifica-se uma expansão de iniciativas dirigidas a trabalhos sociais, assumidas por grupos da sociedade civil, nos quais estão inclusos os empresários. A atuação crescente do setor empresarial, voltado para a defesa dos direitos e da cidadania da população brasileira, apresenta-se como foco do repasse de responsabilidades que o Estado atribui à sociedade civil, com relação à questão da desigualdade social existente. É através da ajuda financeira e de outras ações sociais que as empresas se mobilizam e se colocam a serviço da população, considerando assim, diminuir os problemas públicos. Por meio de seu envolvimento com questões sociais, a empresa também transmite uma boa imagem ao público consumidor, refletindo no aumento de seu prestígio perante os funcionários e acionistas, consolidando assim esse investimento no social uma importante estratégia de marketing. Para uma maior compreensão dessa temática, a metodologia escolhida foi um estudo de caso, usado dentro de uma abordagem qualitativa. Os resultados do processo investigativo sugerem que as ações de responsabilidade social são ambíguas e ambivalentes, e geradas pelo próprio sistema capitalista de produção.

Palavras- chave: Terceiro Setor, Responsabilidade Social, Educação, Cidadania.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 – REFLEXÕES ACERCA DO NEOLIBERALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO.....	6
2 – AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	13
3 – CONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES ESTADO E SOCIEDADE CIVIL.....	17
Terceiro Setor, Responsabilidade Social e parcerias.....	17
A Sociedade Civil e a diferenciação do conceito de Cidadania.....	27
4 – ESTUDO DE CASO.....	31
A Fundação Iochpe.....	31
O Instituto Elektro.....	32
O Projeto Formare.....	34
A Escola Formare Elektro.....	37
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

Nesse final de milênio a revolução tecnológica, centralizada principalmente nas tecnologias de informação, remodelou a sociedade de maneira alarmante. O mundo apresenta uma nova forma de relação e de interdependência global entre economias, mercados e Estado. Barbosa (2003) enumera as conseqüências dessa nova era:

“Do ponto de vista espacial a atividade econômica vai deparar-se com conflitos regionais; controle das atividades produtivas por grupos transnacionais; socialização do mercado e conseqüente diminuição da força direcionada ao bem-estar coletivo; excesso de focalização no desenvolvimento tecnológico; perda da força sindical e dos movimentos geradores de política de pleno emprego. Todas essas questões contribuem para o aumento do desemprego, a diminuição de renda e conseqüente aumento de perda de inserção social.” (p.15).

Essas mudanças podem ter minimizado a participação de entidades governamentais, porém aumentaram as funções do mercado e da sociedade civil; sendo que esta última passou a ser uma das responsáveis pelo desenvolvimento social. Para Melo Neto e Froes (1999),

“Esta nova ordem social surgiu em decorrência da falência do Estado de bem-estar social, principal provedor de serviços sociais aos cidadãos. A falência do Estado e o apogeu do liberalismo, com a concepção de estado mínimo, paralisaram o primeiro setor, que é o próprio Estado.” (p. 2).

No Brasil, este cenário propiciou uma ‘explosão’ das instituições sociais tais como: entidades filantrópicas, de direitos civis, fundações, instituições sociais das empresas e demais outras. Todas elas, em busca de novos modelos de gestão, utilizando procedimentos de administração participativa, incitando a cidadania através do trabalho voluntário e doações.

A história da filantropia no Brasil está estreitamente ligada à Igreja Católica. Isso data do período colonial quando sociedades católicas laicas, as confrarias, fundaram organizações voluntárias, como hospitais, orfanatos e asilos, patrocinados por fundos patrimoniais e doações. Por volta da época da Independência do Brasil de Portugal, nos fins do século XIX, surgiram novos tipos de organizações voluntárias, de prestação de serviço e ajuda mútua. Algumas eram associações profissionais, científicas, além de organizações e redes trabalhistas.

Porém foi durante a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 que o resultante abuso de poder e violação dos direitos humanos pelos militares provocou a reação da Igreja Católica. Tanto a CNBB quanto os teólogos da libertação, mais radicais, criaram uma rede de apoio aos cidadãos e incentivaram as associações civis, o que contribuiu também para o desenvolvimento do assim chamado terceiro setor moderno, inclusive das organizações filantrópicas.

Uma das formas de representação da sociedade civil é o terceiro setor. Através de ajuda financeira e de outras ações, as empresas se mobilizam e se colocam a serviço de uma parcela da população buscando diminuir os problemas públicos, através da chamada Responsabilidade Social Empresarial. Suas organizações “tornam-se, com isso, ‘empresas-cidadãs’ e ganham o respeito de todos: funcionários, clientes, fornecedores, governo, comunidade e opinião pública.” (Melo Neto e Froes, 1999, p.11).

O exercício da responsabilidade social das empresas passa a figurar, no bojo deste novo setor, como uma nova forma de ação social para o enfrentamento das questões postas pelo poder econômico que resultam em diminuição de capacidade de inserção social, com conseqüente aumento de problemas para a sociedade. O terceiro setor busca aumentar, com o Estado e a

sociedade, alternativas de intervenção para os problemas que o incômodo social produz. Para Barbosa (2003):

“Os países hegemônicos há tempos desenvolvem a filantropia empresarial como meio de aproximação das empresas com o seu entorno e como forma de alcançar os níveis de excelência para atender à esfera competitiva. A aquisição da cidadania empresarial possibilita o marketing social da empresa e este culmina com a obtenção de retorno de investimento.” (p.25).

Considerando essa dinâmica da globalização, o aparecimento das demandas sociais e o reconhecimento de órgãos importantes com relação à Responsabilidade Social Corporativa como o Estado e a sociedade, o objetivo deste trabalho é analisar um dos projetos de uma OSCIP e perceber se os investimentos neste projeto social específico têm o real objetivo de promover a cidadania e a ética empresarial, se estes são apenas investimentos em propaganda para a empresa visando o retorno financeiro, ou as duas coisas ao mesmo tempo. Perceber também se há ambigüidades no oferecimento desse projeto, no que diz respeito a aspectos “públicos” e “privados” dessa Instituição.

O objeto de estudo é um curso de educação profissionalizante, o Formare, destinado a jovens de baixo poder aquisitivo, que são moradores do bairro Jardim América II – periferia da cidade de Campinas. Este curso é oferecido pelo Instituto Elektro, uma OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, mantida pela Elektro, uma empresa de distribuição de energia elétrica.

A metodologia utilizada será este estudo de caso, através de um estágio participante. Este estudo será analisado junto a um levantamento bibliográfico sobre o tema, em livros, artigos de jornais, internet e periódicos e também em documentos da empresa.

A vontade de escrever sobre o tema surgiu em 2005, quando realizei estágio durante um ano na Elektro. Eu trabalhei na área de Responsabilidade Social da empresa e atuava diretamente na coordenação da Escola Formare Elektro, sendo algumas de minhas responsabilidades: contatar novos educadores voluntários, organizar a grade de disciplinas, os horários, formular atividades complementares, entre outros.

No primeiro capítulo deste trabalho são abordadas reflexões acerca do Neoliberalismo, da Globalização e a influência desses dois aspectos na determinação do conceito de educação como um fator de ascensão social para os menos favorecidos.

No segundo capítulo são analisadas as novas configurações das políticas sociais, decorrentes do neoliberalismo e do reordenamento da sociedade civil.

O terceiro capítulo fala sobre o surgimento do Terceiro Setor, da Responsabilidade Social e do conceito de Cidadania. É a nova configuração das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, onde o primeiro incentiva através de leis a organização da sociedade.

O quarto e último capítulo é um estudo de caso da Escola Formare Elektro, um curso profissionalizante para jovens. Há uma análise da Fundação Iochpe como a fundadora do projeto; depois, do Instituto Elektro como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; a seguir o Projeto Formare como um todo e, finalmente as especificidades da Escola Formare Elektro.

1 – REFLEXÕES ACERCA DO NEOLIBERALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO.

O Liberalismo Clássico surgiu na época do mercantilismo vigente desde a época das grandes navegações. O chamado “pai” do Liberalismo foi Adam Smith que, em 1776, publicou o livro *A riqueza das nações* que defendia a tese de que o mundo seria mais produtivo sem o controle da atividade econômica por parte do Estado. (*Liberalismo: de onde vem pra onde vai?*, p.13, 2001). A ele seriam designadas apenas as funções de: manutenção da segurança interna e externa e a garantia da propriedade e serviços essenciais de utilidade pública, como saúde, moradia e educação. Com relação ao Mercado, as leis econômicas seriam determinadas pelos interesses e intenções das pessoas envolvidas.

No século XIX, o livre mercado era imposto pela dominação inglesa, porém alguns países adotaram políticas de intervenção estatal na economia, como Estados Unidos, Alemanha e Japão. Neste mesmo século, o capitalismo adquiriu força hegemônica no mundo a partir da Revolução Industrial, quando o aprimoramento de máquinas capazes de reproduzir em grande escala o mesmo produto e a descoberta da eletricidade possibilitaram à indústria produzir, não em função de necessidades humanas, mas, sobretudo visando ao aumento do lucro das empresas.

Em 1936, John Maynard Keynes divulgou sua tese no livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* que defendia o Estado como regulador dos empregos e investimentos, com o objetivo de moderar as crises econômicas e sociais através de investimentos em gastos públicos, como a implantação de políticas sociais, e na taxa de juros. Além da intervenção da economia, ele também teria o papel de manutenção dos serviços de bem-estar social. Segundo

Moraes (2001) “essas variadas formas de planificação (...) visavam corrigir por meio de ação política deliberada, os efeitos desastrosos do capitalismo.” (p.31).

As multinacionais, como seu “capital de papel” detinham o poder econômico, enquanto que o Estado detinha o poder político. E, por isso, uma implicação do fenômeno do keynesianismo foi um novo modo de produzir decisões políticas, onde há a negociação entre as grandes corporações, institucionalizadas pelo poder público, gerando mudanças na esfera pública e privada.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve a expansão das empresas multinacionais, principalmente as que tinham sede nos Estados Unidos. Elas beneficiaram-se dos planos de reconstrução das economias européia e japonesa feitos por este país. Em 1944, com a Conferência de Bretton Woods, nascem o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Estes são órgãos que representam os interesses dos governos e banqueiros dos países capitalistas centrais e determinam a economia mundial, direcionando, investindo e fazendo empréstimos aos países que solicitam. Segundo Bruno (1997), a criação destes órgãos foi realizada “pois esperava-se que os interesses das diferentes nações fossem negociados em instâncias mais amplas, capazes de promover acordos entre diferentes e múltiplos atores: os Estados Nações.” (p.17). Além destes dois organismos reguladores da economia mundial, foram criadas também em 1945 a Organizações das Nações Unidas (ONU) e em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

No início dos anos 70, as autoridades americanas anunciaram que o dólar não teria mais a conversão automática em ouro, o que gerou um estagflação – muito dinheiro em caixa e pouco em circulação no mercado interno. A crise do Petróleo em 1973, também foi um fator

que contribuiu para que essas diversas crises da economia fizessem re-surgir os valores do Liberalismo, chamado agora de Neoliberalismo, uma resposta à crise do sistema capitalista de produção. Para Moraes (2001):

“O neoliberalismo (...) é a ideologia do capitalismo na era máxima de financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil – e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiro mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano.” (p.11).

A partir desse contexto sócio-econômico mundial, líderes partidários que tinham programas neoliberais conquistaram os governos de diferentes países, como Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979; Ronald Reagan nos EUA em 1980; Helmut Kohl na Alemanha em 1982. Esse “receituário” de caráter neoliberal que funcionou nestes países foi adotado pelo FMI e chamado de Consenso de Washington. O FMI passou a recomendar (praticamente a exigir) a implementação dessas medidas nos países emergentes durante a década de 90, como sendo uma fórmula infalível, destinada a acelerar seu desenvolvimento econômico.

Algumas das regras do Consenso de Washington são: a disciplina fiscal, a redução dos gastos públicos, reforma tributária, a abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, a privatização das estatais e a desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas). Segundo Paoli (2003), no Brasil as medidas adotadas, provocaram

“Uma visível diminuição do interesse e da capacidade estatal de regulação e um encolhimento dramático do gasto público, em um cenário de aumento da dependência da economia brasileira aos movimentos financeiros internacionais de um capital globalizado imprevisível em suas investidas especulativas (...)” (p.387).

O desenvolvimento do processo de internacionalização do capital definiu o que se chama de Globalização da economia, que constitui um novo cenário para a década de 90: crescimento das atividades internacionais das firmas e dos fluxos comerciais; amplas mudanças da base tecnológica, fazendo com que alguns autores chegassem a denominá-la Terceira Revolução Industrial; reordenamento dos mercados, com uma maior importância da Ásia; intensificação da circulação financeira, caracterizada pela expansão na mobilidade e na intermediação do capital internacional; predominância das trocas ditas intra-setoriais; reorganização dos grupos industriais em redes e firmas.

Em suma, aparentemente intensificou-se a relação entre os países tanto no que se refere ao setor produtivo, quanto aos fluxos comerciais e financeiros. Nesse sentido, a desregulamentação dos mercados e a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais afirmam-se como as diretrizes de políticas que podem garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto de globalização. O Neoliberalismo se apresenta como a única forma de obter com êxito essa inserção. Apresenta-se a globalização como fenômeno natural e irreversível e, a partir daí, as políticas neoliberais como as únicas capazes de desregulamentar os mercados; citando algumas de suas conseqüências: “Privatizações em massa de empresas estatais, liberalização dos mercados de bens de capital, desregulamentação acentuada da economia e forte redução do papel do Estado (...)” (Ghon, 2005, p.70).

“É neste contexto de simultaneidade entre a redução de políticas públicas voltadas para a promoção das garantias dos direitos sociais, de um lado, e da abertura do espaço às ações sociais privadas de outro, que se entendem os alcances e os limites da filantropia empresarial.” (Paoli, 2003, p.387).

Sobre o termo Globalização, Bruno (1997) a define como “um processo de integração mundial, que já não integra nações nem sistemas econômicos nacionais, mas conjuga a ação dos grandes grupos econômicos entre si e no interior de cada um deles.” (p. 20).

A partir de uma visão histórica da teoria administrativa e de sua presença na educação latino-americana, Sander (1995) explica os quatro conceitos diferentes de administração da educação: eficiente, eficaz, efetiva e relevante, salientando suas diferenças com relação ao enfoques dados em diferentes épocas históricas. O tipo de administração que gera qualidade total no processo é a administração eficiente, que dá primazia à eficiência.

A palavra ‘eficiência’ vem do latim e significa ação, força, virtude de produzir. Este tipo de administração educacional segue as mesmas idéias da escola clássica de administração, com um enfoque tecnocrático, onde a organização é vista como um sistema fechado, com pouca atenção à cultura e política da gestão da educação. O seu princípio é produzir o máximo de resultados com o mínimo de energia, recursos e tempo. Pautam suas concepções pela lógica econômica e pela produtividade material, independente do conteúdo humano e natureza política da prática educacional.

“Nesse sentido, os protagonistas de uma construção de administração eficiente pautam suas concepções e ações pela lógica econômica, pela racionalidade instrumental e pela produtividade material, independentemente do conteúdo humano e da natureza política da prática educacional.” (p. 45).

As políticas sociais que são pensadas e implementadas na rede pública são adequadas às tendências do capitalismo/ neoliberalismo contemporâneo, tendo em vista a redução de custos, de desperdícios, de tempo e força de trabalho. Neste sentido, o mercado exige pessoas polivalentes, flexíveis, ágeis, com visão do todo, conhecimentos técnicos e um relativo

domínio na área de informática, que falem, leiam e escrevam em vários idiomas, que possuam habilidades múltiplas, e assim por diante. Quem não estiver capacitado de acordo com as exigências do mercado é excluído do processo produtivo e isso significa desemprego, miséria e fome. Segundo Ghon (2005, p.95),

“Não importa mais possuir um grande acervo de conhecimentos, mas sim o domínio de certas habilidades básicas, tais como comunicar-se (de preferência em mais de uma língua), domínio da linguagem das máquinas e, sobretudo, habilidade de gestão (de gerir sua própria carreira, equipes, conflitos, etc.)”

A globalização modernizou os modos de produção, exigindo que os indivíduos tivessem diferentes competências para poder participar do mercado de trabalho, como consequência disso, a exclusão social e o desemprego. Neste contexto econômico e social, onde há a demanda por conhecimento e informação, a educação é vista então como um instrumento de democratização e inclusão social e, por isso, começa a ser oferecida pelo terceiro setor.

Conforme demonstram pesquisas do IPEA, citada por Melo Neto (2001), o maior número de ações sociais das empresas é na educação visto que este é “um serviço social básico de efeito mais persistente junto às crianças, pois as prepara para a vida familiar e profissional e as induz e estimula a perseverar no rumo da mobilidade social.” (p.69). Na indústria de serviços, 22% dos projetos são voltados para a educação; na indústria, 29% e no comércio, 2%.

Portanto, esse contexto de globalização e de neoliberalismo - onde a educação é vista como instrumento de democratização – teve como uma de suas consequências uma nova configuração das políticas sociais, que são apresentadas a seguir, no capítulo 2.

2 – AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS.

O Estado é o conjunto de instituições, aparelhos estatais e valores que dão unidade a uma nação. Ele é compreendido pelos três poderes: legislativo, executivo e judiciário, sendo que as instituições estatais estão situadas nos níveis: nacional, regional e local. Os indivíduos são afetados diretamente pelas intervenções estatais, sendo que três aspectos são de suma importância para Ham e Hill (2003):

“Primeiramente há uma série de serviços públicos aos quais se refere como ‘Estado de Bem-estar’. Esta área de intervenção consiste na provisão de serviços tais como educação, saúde pública, aposentadorias, seguro desemprego e habitação. Em segundo, em função da adoção generalizada de políticas de gestão econômica keynesianas, o Estado moderno tornou-se mais intimamente envolvido na regulação da economia. A intervenção estatal nesta área varia de incentivos ao desenvolvimento industrial, mediante subsídios e concessões tributárias ao envolvimento direto no processo produtivo mediante a propriedade pública de certas empresas. Em terceiro lugar a complexidade da vida econômica e urbana torna necessário ao governo o engajamento em uma variedade de atividades regulatórias a fim de delimitar o impacto coletivo do comportamento individual (...): a proteção ambiental, a proteção do consumidor e o controle do monopólio e cartéis. Visto que tem havido certa retirada do governo da esfera da provisão direta de serviços e benefícios, tem aumentado a importância destas atividades regulatórias” (p. 33).

Quanto à definição da palavra ‘política’ Ham e Hill (2003) destacam que na língua inglesa há duas palavras distintas para a definição da mesma: *policy*, que significa política no sentido estrito, e são os programas oferecidos pelo Estado; já *politics* quer dizer política no sentido amplo, a ação política do ser humano na sociedade. Segundo ainda os autores “A efetividade de políticas e de processos de elaboração de políticas não pode ser avaliada independentemente da análise da distribuição dos poderes econômico e social em sistemas políticos.” (p. 29), querendo dizer com isso que o planejamento e a implementação de

políticas sociais demonstram o interesse de quem detêm o poder político e econômico. No capitalismo atual, as grandes corporações, os organismos supranacionais e os países ricos têm influência na determinação das mesmas.

Essa nova estrutura de poder que vigora atualmente, constituída de vários pólos – os organismos supranacionais, as centrais sindicais, os organismos políticos – esvazia o Estado de seus poderes e atribuições, limitando sua capacidade de ação e promovendo sua desagregação através de privatizações. Sobre esta nova estrutura de poder político, Bruno cita Bernardo, chamando-o de “Estado Amplo”, e tem as características de um neocorporativismo informal:

“Neo, porque no corporativismo, em sua forma clássica, as relações triangulares entre governo, empresas e sindicatos processavam-se a partir do Estado Nacional. Era este que ocupava o vértice do triângulo. Na fase atual, porém, este triângulo apresenta uma hierarquia invertida com as grandes empresas ocupando o seu vértice. Informal, porque esta estrutura de poder, embora atuante e decisiva, não está juridicamente estabelecida.” (1997, p. 23).

O corporativismo surgiu quando o Estado inglês contactou a indústria, elites sindicais e empresariais para juntos desenvolver políticas, tornando-os parte do Estado. O objetivo foi manter a harmonia entre os participantes e evitar conflitos ao permitir que eles partilhem entre si o poder, mas lembrando que sempre o Estado é o ator fundamental e independente. Segundo Ham e Hill (2003):

“A tese corporativista é que o Estado tenha passado de uma posição de suporte do processo de acumulação de capital para a direção deste processo. Ao realizar esta mudança, novos padrões de relações teriam se desenvolvido entre o Estado e os maiores grupos de interesses econômicos, e o Estado, embora restringido por estes interesses, teria autonomia derivando de seu comando de recursos legais e organizacionais entre outros. Esta autonomia capacitaria o Estado a agir segundo os interesses de capital, sindicatos e outros, conforme fosse apropriado.” (p.57).

Segundo Lopes (2004, p.58), para se entender as ações de um governo em resposta às demandas sociais da população, é preciso antes saber a definição dos seguintes termos: público, gestão e política social. O termo “público” significa uma esfera de fatos, relações e recursos que se referem aos habitantes de uma cidade; por “política social” se entende as funções do Estado de produzir e distribuir bens e serviços sociais (de natureza pública) aos cidadãos. Já a palavra “gestão” pode ter dois significados – dois métodos complementares e diferentes – no primeiro, o verbo gerir é governar e aderir à coisa pública, no segundo, o substantivo gestão significa a administração e gestão da coisa pública.

Ainda segundo o autor, a política social implica numa “política associada a um padrão de organização social e política” e por isso é um efeito contraditório de uma intervenção político-econômica sobre a sociedade com o objetivo da implantação de um modelo de desenvolvimento que ordene a organização social e política. Ela é a contraface do próprio modelo de desenvolvimento, agindo sobre os efeitos negativos gerados em sua implementação e manutenção. A ausência de uma política social encobre o reconhecimento dos efeitos desiguais de uma intervenção político-econômica.

“Políticas sociais só existem, dessa forma, em sociedades que reconhecem as desigualdades geradas pelo seu modelo de desenvolvimento e só são implantadas por governos comprometidos (ou pressionados pela população) com a diminuição ou com a superação dessas desigualdades.” (Lopes, 2004, p.59).

Uma das formas do Estado eximir-se dessa contradição é privatizar o patrimônio público, o que nos dá a falsa impressão de maior autonomia da sociedade civil, pois,

“Diminuir a presença do Estado é diminuir seu peso na definição das necessidades sociais. Embora essa estratégia dê a impressão de maior autonomia da sociedade civil na determinação de suas necessidades sociais, o que ocorre efetivamente é que o Estado busca estabelecer cada vez mais, sua função regulamentadora, o exercício de administrar e dirigir, mas se exime progressivamente da provisão social, (...) que é governar e aderir.” (Lopes, 2004, p.59).

Como conclusão, Lopes (2004) afirma que no Brasil, a relação entre o Estado e as ONGs remete necessariamente ao princípio, ao planejamento e à execução da gestão das políticas sociais públicas, sendo que o governo federal opta pelo tipo substantivo de gestão, e que procura impor por ele um modelo de desenvolvimento dirigido por intervenções político-econômicas e não uma política social.

As políticas de cunho Neoliberal, portanto, modificaram a estrutura da relação do Estado com a sociedade civil, influenciando o surgimento do Terceiro Setor. Estes aspectos serão discutidos no próximo capítulo.

3 – CONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Terceiro Setor, Responsabilidade Social e parcerias.

Na literatura sobre o terceiro setor há uma série de autores que procuram conceituar, mostrar sua amplitude e limitações, bem como destacar quão relevante este setor tornou-se, seja para os países desenvolvidos da América do Norte, da Europa e da Ásia, seja para os países em desenvolvimento da África, da América Latina e do antigo bloco soviético.

Embora esse fenômeno de alcance mundial apresente características distintas em sua origem nos diversos países, tem como traço principal a formação de uma rede de organizações privadas autônomas, constituída por associações, fundações e instituições similares para prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e procurar realizar inúmeros outros objetivos da sociedade ainda não atendidos ou deixados sob a responsabilidade do Estado.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a criação da maioria das organizações sem fins lucrativos, de caráter voluntário, é fruto do ato de vontade de seus fundadores que as mantém, em grande medida, graças a um conjunto complexo de adesões e contribuições igualmente voluntárias.

Na Inglaterra, suas tradicionais leis remetem à expressão "caridade", enfatizada na memória religiosa, ressaltando o aspecto da doação de si ao outro, que tem como contraponto moderno e humanista a noção de "filantropia". Além do mecenato, que patrocina e protege generosamente as ciências, letras e artes.

Na Europa Continental, nos anos 60 e 70, predominaram as "Organizações Não Governamentais" (ONGs), decorrentes da formulação de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento estimulado pela ONU, destinadas a promover projetos no Terceiro Mundo. As ONGs européias buscaram parceiros pelo mundo todo, fomentado, assim, o surgimento de novas ONGs nos continentes do Hemisfério Sul.

Na América Latina, fala-se de "organizações da sociedade civil", cujo entendimento inclui a totalidade das organizações particulares que interagem livremente na sociedade. A idéia de "sociedade civil" serviu para destacar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas, no qual indivíduos e instituições particulares podem exercer sua cidadania de forma direta e autônoma.

Acontecimentos similares foram observados na Europa Oriental, na África e na ex-União Soviética. Nos anos 70, milhares de redes de pessoas e de instituições propiciavam umas às outras, ajuda mútua para lidar com a economia de escassez em que se encontravam, com significativa relevância política nos tempos atuais.

No Brasil não foi diferente. Este setor vem crescendo muito nos últimos anos. A sua origem, no entanto, é de longa data. No século XIX, já existiam iniciativas como as organizações assistenciais da igreja católica, as Santas Casas de Misericórdia, asilos e orfanatos. E como representantes mais recentes, temos as organizações não-governamentais, resultantes de novos movimentos sociais que emergem a partir dos anos 70.

Por muitos anos, pertencer às ONGs significava ser de oposição a quase qualquer governo – federal, estadual ou municipal. Com a redemocratização do país, a partir de meados da década

de 80, muitas delas transitaram para a condição de parceiras de certas conciliações de poder, atuando na execução de políticas públicas, configurando um novo ator social – o Terceiro Setor. O termo terceiro setor é, portanto, relativamente novo em nossa sociedade, contudo, suas bases e princípios são seculares.

“No Brasil, nos anos 70-80, as ONGs cidadãs e militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que delinearam um cenário de participação na sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática do país. As ONGs contribuíram para a reconstrução do conceito ‘sociedade civil’, termo originário do liberalismo, que adquire novos significados, menos centrado na questão do indivíduo e mais direcionado para os direitos de grupos.” (Ghon, 2005, p.76).

Camargo (2001, p.18) relata que, historicamente, o voluntariado está vinculado às iniciativas de caridade das mulheres da alta sociedade, uma iniciativa essencialmente feminina, privada, por vezes ligada a preceitos religiosos. Só nas últimas décadas, em decorrência da luta por direitos humanos, civis e sociais, é que esse trabalho começou a ser visto, em algumas esferas da sociedade civil ocidental, como possibilidade de ação cívica, bem como de ação voltada para o bem alheio ou público.

Nos anos 90, o movimento chamado “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida” trouxe à tona o conceito da cidadania, traduzido em esforço voluntário. A partir desse movimento, surgiram muitos outros com a mesma proposta: fazer com que a sociedade tenha iniciativas próprias para resolver seus problemas e, ao mesmo tempo, pressionar o Estado para que cumpra seu papel de formular políticas públicas e executá-las com eficiência. Em 2003, para executar o “Programa Fome Zero”, prioridade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o

presidente incluiu a participação de numerosos organismos da sociedade civil em sua concepção, em seu acompanhamento e sua execução. (www.gife.org.br).

A definição adotada por Fernandes (1994) mostra muito bem a influência dos tempos. Nas palavras do autor,

"(...) pode-se dizer que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil". (p.27)

O terceiro setor pressupõe que haja um primeiro e um segundo setor. Neste sentido, podemos considerar, respectivamente, o Estado e o mercado, os quais, por sua vez, historicamente não têm conseguido satisfazer todas as necessidades e interesses demandados pela sociedade. Em contrapartida, a complementaridade nem sempre ocorre, até porque os conflitos entre intra-setores também são inerentes à sociedade.

Esta visão mais dinâmica nos mostra que o grau de complementaridade entre o Estado, o mercado e o terceiro setor pode ser tanto mais eficaz como menos eficaz. O grau de eficiência dependerá da combinação de inúmeros fatores para alcançar-se a integração desejável.

O setor empresarial foi um dos grandes responsáveis por erguer a bandeira e trazer a público as ações do terceiro setor, através da Responsabilidade Social Empresarial. O objetivo das empresas, com a prática da responsabilidade social, é diminuir os excessos cometidos pelo sistema econômico baseado na globalização produtiva e financeira. O foco de suas ações

sociais não é a sociedade como um todo – não tirando assim a responsabilidade do Estado – mas a comunidade local.

Os investimentos empresariais em projetos sociais tendem a ser diferentes, dependendo do tamanho da empresa. As micros, pequenas e médias empresas têm foco na assistência social, com o predomínio de ações de doação e apoio, enquanto que na atuação social das grandes empresas há desenvolvimento de projetos sociais próprios com foco na educação, saúde, empregabilidade e empreendedorismo. (Melo Neto e Froes, 2001).

A prática da responsabilidade social se dá por meio dos projetos sociais que atuam diretamente com a comunidade com a qual a empresa tem ligação. Geralmente os atores desses projetos são os colaboradores da própria empresa, que atuam como voluntários durante ou fora do horário do expediente. A prática da mesma tem a ver com a consciência social e o dever cívico. A ação de responsabilidade social reflete a ação de uma empresa em prol da cidadania e é extensiva a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, partidos políticos e outras instituições. O exercício desta tem dois focos distintos: os projetos sociais e as ações comunitárias.

“Os projetos sociais são empreendimentos voltados para a busca de soluções de problemas sociais que afligem populações e grupos sociais numerosos ou em situação de alto risco (...). As ações comunitárias correspondem à participação da empresa em programas e campanhas sociais realizadas pelo governo. Tal participação ocorre por meio de doações, ações de apoio e trabalho voluntário de seus empregados.”
(Melo Neto e Froes, 2001, p. 29).

Melo Neto e Froes (2001) salientam que há diferenças entre os investimentos das pequenas e médias empresas e das grandes. Nas primeiras há o predomínio de relações indiretas com a

comunidade, ações de doações de apoio, inexistência de ações de marketing social e foco na assistência social; enquanto que a segunda, há o predomínio de ações diretas com a comunidade, desenvolvimento de projetos sociais próprios, desenvolvimento de ações de marketing social e com foco na educação, saúde, empregabilidade e empreendedorismo.

Os objetivos das organizações ao criarem uma área de Responsabilidade Social podem ser: um instrumento de marketing, de melhoria de sua imagem institucional, de busca de espaço na mídia ou por encará-la como um bem em si. O objetivo da empresa pode ser divulgação de seus feitos sociais para se promover e garantir a venda de seus produtos e serviços aos consumidores, e também garantir a fidelidade deste com relação à marca. Ghon (2005), afirma que:

“Enquanto organizações/ empresas que atuam na área da cidadania social, o terceiro setor incorpora critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia de suas ações, atua segundo estratégias de marketing e utiliza a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário nesses projetos.” (p.19).

Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, 50% dos consumidores brasileiros declararam-se adeptos da prática de prestigiar ou punir as empresas com base em sua participação social. Como se não bastasse isso, 24% dos consumidores, procurariam comprar produtos de empresas que se destaquem pela responsabilidade social. (www.ethos.org.br). Nota-se que a responsabilidade social passa a ser uma oportunidade de mercado para as empresas. Nesse sentido, Paoli (2003, p.395), salienta que a realização do trabalho social oferecido pela empresa vira apenas mais um “produto” e deixa de ser um compromisso ético com a sociedade.

A Responsabilidade Social não se trata exclusivamente de filantropia, no sentido de caridade desinteressada, mas de um investimento estratégico: um comportamento de aparência altruísta, como a doação a uma organização sem fins lucrativos, que atende também a interesses (mesmo que indiretos) da empresa, como a contribuição à formação de uma imagem institucional positiva ou o fortalecimento de mercados consumidores futuros.

Na defesa de seu próprio interesse de longo prazo, empresas adotam a prática de apoiar atividades como projetos de proteção ambiental, promoção social no campo da educação e saúde, dentre outros. O envolvimento de empresas se realiza tipicamente através de doações de recursos, da operação direta de programas, ou através de relações genericamente denominadas "parcerias" com organizações da sociedade civil.

No Brasil, foi pioneira na introdução da temática da cidadania empresarial, a Câmara Americana de Comércio em São Paulo (Amcham), que discute o tema em seus comitês desde meados dos anos 80. Em seu seio, formou-se a mais importante iniciativa empresarial em torno do tema, que viria a se formalizar como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). Como afirma o seu nome, o GIFE congrega cerca de cinquenta empresas, fundações empresariais e institutos ligados a empresas, voltados para o apoio de iniciativas sociais. A Amcham também criou, em 1982, o Prêmio ECO que foi pioneiro no reconhecimento de empresas que adotam práticas socialmente responsáveis, gerando uma reflexão sobre o desenvolvimento do conceito e das práticas de Cidadania Empresarial no Brasil.

Além desta organização, O Estado também incentivou as empresas a investir no social, assim, como a Lei nº. 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet, que “permite que os projetos aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) recebam patrocínios e

doações de empresas e pessoas, que poderão abater, ainda que parcialmente, os benefícios do Imposto de Renda devido.” (www.minc.gov.br). São explicitados na Lei os valores de doações e patrocínios, e os valores relativos ao desconto no Imposto de Renda.

Outra legislação que permite o desconto do imposto de renda é o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13/07/1990, que no artigo 260, permite aos contribuintes do Imposto de Renda deduzir da renda bruta o total de doações efetuadas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e o Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Decreto 794/1993 estabeleceu que o limite máximo para doações dedutíveis do Imposto de Renda passaria a ser de 1% para Pessoas Jurídicas, não cumulativo com outras doações e incentivos fiscais federais, e de 6% para pessoas físicas (artigo 22, Lei 9.532/97).

As doações são realizadas através de depósitos identificados (com nome, CPF ou CNPJ do depositante) na conta do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. A partir do depósito identificado, com CPF ou CNPJ, o FUMCAD enviará as informações à Receita Federal sobre a doação.

Nos últimos dez anos a sociedade civil brasileira vem ocupando espaços cada vez maiores na discussão, formulação e execução de políticas públicas. A sociedade civil e o governo estão buscando, cada vez mais, parcerias entre si e assumindo co-responsabilidade na oferta de alguns bens públicos já que um dos grandes problemas na implementação de políticas sociais de redução da desigualdade e da pobreza é a dificuldade de fazer com que as decisões de governo, corporificadas na legislação e implementadas através de órgãos governamentais de vários tipos, de fato cheguem até "a ponta", ou seja, até a população à qual estas políticas se destinam.

Na Constituição Federal (capítulo 3, seções A e C) é citado que ações conjuntas entre o governo e organizações da sociedade civil fazem parte da política global de descentralização, pois é notório que ações públicas são comprovadamente mais eficazes se realizadas em parceria.

A Constituição Democrática de 1988 estabelece como princípio básico a estratégia de ampliar a participação popular na esfera pública. (Nascimento, 2001). Pela primeira vez a lei reconhece que a tarefa Pública é dever do Estado e da Sociedade. Trata-se de construir o Estado a partir da Sociedade e sob o controle dela. Podemos reconhecer os indicadores desse movimento nas Leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência Social. O Estado busca reduzir seu papel como fomentador e não necessariamente executor das políticas sociais. É nesse ambiente que devem ser compreendidas as leis que instituíram as Organizações Sócias (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

“Em termos legais a legislação brasileira incentiva o terceiro setor, basta ver que na Constituição Federal existem dispositivos expressos que impõe à coletividade - no caso incluindo a forma de organização do terceiro setor, juntamente com o Poder Público, a proteção de valores como o a educação, cultura e desporto (art.205 e 215, §1º) e meio ambiente (art.225). Além disso, o art. 150, VI, “c”, da Carta Magna veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos. Estas entidades podem obter também certificado oficial de fins filantrópicos, eximindo-se da cota patronal do INSS (Lei 8.212/91), assim como receber títulos de utilidade pública concedidos por leis municipais, estaduais ou federais. Também podem, em preenchendo os requisitos da Lei 9.637, de 15/5/98, ser consideradas organizações sociais declaradas de interesse social e de utilidade pública e receber incentivos econômicos oficiais.” (SANTOS, A.S.R. www.ultimaarcadenoe.com, 2006).

A emergência do terceiro setor representa, em tese, uma mudança de orientação profunda e inédita no Brasil no que diz respeito ao papel do Estado e do Mercado e, em particular, à forma de participação do cidadão na esfera pública. Citando Drummond e Mattos (2001), numa pesquisa realizada com ONGs que atuam na conservação da Baía de Guanabara – RJ:

“O terceiro setor vem fazendo mais do que buscar atender às necessidades da sociedade que o governo e a iniciativa privada não atendem; ele é em si mesmo uma força econômica que gera, cada vez mais, renda e emprego”. (p.190).

O crescimento do Terceiro Setor é um fenômeno mundial, que pressupõe um espaço democrático. A sociedade civil está assumindo um papel de protagonista, pois o Estado vem reduzindo a sua presença, tornando-se cada vez mais orientador e normatizador e cada vez menos executor. O espaço assim ganho pela sociedade civil parece ser irreversível, pois ela torna-se “constitucionalmente” parceira do bem-estar comum. Ela alcança um domínio e competências setoriais que o Estado não consegue mais ter.

Em uma conferência realizada em junho de 2005, mais de uma centena de expressivas lideranças empresariais do Brasil e da América Latina reuniram-se na Bahia com ministros, acadêmicos e representantes de OSCIPs para discutir como melhorar os sistemas de educação básica pública na região. O objetivo principal da conferência era fixarem diretrizes e assumir compromissos concretos a partir da análise de experiências que já demonstraram ser eficazes, o que é um reflexo regional da crescente consciência de que o Estado sozinho não é capaz de resolver esses graves problemas num período curto de tempo. Segundo um artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, por Paulo Renato Souza, sobre esse encontro,

“Muitas lideranças empresariais têm mostrado enorme sensibilidade, sublinhando claramente a importância de um esforço nacional para melhorar a cobertura e a qualidade da educação em seus respectivos países e têm procurado uma forma concreta de atuação nas ações de responsabilidade social”. (Caderno Opinião, 19/06/2006).

Na medida em que as comunidades desejam maior nível de qualidade de vida e desenvolvimento social e em que o Estado distancia-se delas, amplia-se o espaço de intervenção do Terceiro Setor. As OSCIPs – principalmente as que desenvolvem projetos comunitários – atuam *in loco*, conhecem bem a realidade local de cada comunidade. Essa proximidade com a vida das pessoas faz grande diferença na eficácia do investimento.

A Sociedade Civil e a diferenciação do conceito de Cidadania

Há diferentes conceitos de sociedade civil, estruturados de acordo com os programas de ação e influências teóricas; portanto, nenhuma definição é neutra. São quatro as matrizes teóricas que se destacam contemporaneamente: neotocquevilliana, neoliberal, habermasiana, e gramsciana. Nogueira (2003) levou em consideração a matriz teórica gramsciana, onde a sociedade civil é considerada uma parte do Estado, e não uma instância separada dele; ela não se sustenta fora do Estado e muito menos em oposição dicotômica a ele.

“a sociedade civil possibilita a articulação e a unificação dos interesses, a politização das ações e consciências, a superação das tendências corporativas ou concorrenciais, a organização de consensos e hegemonias (...). Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas.” (p.191).

Ainda segundo Nogueira (2003), nas últimas décadas afirmaram-se duas vertentes teóricas, dialogando com Gramsci que são distintas e não excludentes: a sociedade civil liberista e a

sociedade civil social. Na concepção liberista, a sociedade civil é externa ao Estado e considera-se um setor público não-estatal por ser voltado para o interesse geral, porém solta no aparelho do Estado; não há ações que pretendam a conquista do Estado “nela se busca compensar a lógica das burocracias públicas e do mercado com a lógica do associativismo sociocultural.” (p.192). Já na concepção de sociedade civil social, o objetivo é usar o Estado tendo em vista a reforma social, onde sua maior virtude é a autonomia; esta sociedade estaria composta por movimentos que auto-organizam e que “poderiam, acredita-se, disciplinar as instituições mais sistêmicas, como o Estado e a sociedade.” (p.194).

No Brasil a responsabilidade social, pauta-se nas noções de “cidadania” e “direitos”. O que Paoli (2003) nos chama a atenção é a mudança do sentido do conceito de cidadania ao longo dessas últimas décadas:

“De um lado, a noção retrabalhada de cidadania passou a pautar um primeiro desafio histórico, a passagem das formas recorrentemente autoritárias de governo para uma democracia ampliada. De outro, define a tragédia do processo neoliberal em curso que visa a desregulamentação público-estatal da economia de mercado, cujo funcionamento, agora cada vez mais livre de limitações públicas, aprofunda e sedimenta os mecanismos de exclusão social e política tradicionalmente presentes na história da modernização do país.” (p.376).

Ou seja, na década de 80 durante a ditadura militar, o conceito de cidadania foi uma das bandeiras erguidas pela sociedade civil com o objetivo de intervir no debate público sobre a exclusão social e política, e nos anos 90, aparece como sendo um quase sinônimo de solidariedade, deslocando “o ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social.” (Paoli, 2003, p.378).

Carvalho (2006) explicita que são três os direitos que compõem a cidadania, e consequentemente a democracia: os direitos civis (direito à vida, à liberdade, à propriedade e a igualdade perante a lei), os direitos políticos (garantem o direito ao voto) e os direitos sociais (educação, saúde, transporte, etc.). Ele cita A. T. Marshall quando faz uma comparação da aquisição de direitos na Inglaterra e no Brasil. Na primeira, a aquisição desses direitos foi na ordem descrita acima, e no Brasil, na ordem inversa; isso quer dizer que a maneira como se formam os Estados-nação condiciona a construção da cidadania, sendo que “a inversão da seqüência dos direitos reforçou entre nós a supremacia do Estado.” (p.227), quando deveria ser uma sociedade organizada em busca da democratização do poder.

A mobilização da sociedade civil em busca de seus direitos como cidadãos ocorreu primeiramente durante a ditadura militar, e trouxe à público o conceito de cidadania, que era um de seus objetivos. A partir da década de 90, com o Neoliberalismo e a desresponsabilização do Estado diante das políticas sociais, este conceito passou a ter outras definições, levantadas agora pela ação social das empresas, a responsabilidade social.

Diante das análises feitas, temos então dois lados de uma mesma moeda; o primeiro é a Constituição de 88 – por um Estado relativamente democrático – e o incentivo à organização da sociedade civil em busca de seus objetivos; o outro lado é o Neoliberalismo, e a desresponsabilização desse mesmo Estado diante das políticas sociais. Surge então uma pergunta que talvez não tenha resposta: será que, com a Constituição de 88 e as demais Leis de incentivo à participação da sociedade civil, o Estado estaria preparando terreno para se ausentar definitivamente das questões sociais, e deixá-las para que o Terceiro Setor as resolvam?

O estudo de caso a seguir tem por objetivo a análise da Escola Formare Elektro, como um projeto de responsabilidade social para conhecer os aspectos públicos e privados do mesmo e também o conceito de democracia que ela propõe.

4 – ESTUDO DE CASO

Este presente trabalho tem por objetivo conhecer os investimentos sociais em educação realizados por uma OSCIP, visto que no contexto econômico e social atual onde há a demanda por conhecimento e informação, a educação é vista como um instrumento de democratização e inclusão social e por isso começa a ser oferecida pelo terceiro setor.

A Escola Formare Elektro é um projeto educacional oferecido pelo Instituto Elektro. O Instituto comprou esta idéia da Fundação Iochpe, que é a franqueadora do Formare. E, para descrever o funcionamento da Escola Formare Elektro, irei descrever antes a Fundação Iochpe e o Instituto Elektro.

A Fundação Iochpe

Instituída em 1989 pela Iochpe-Maxion S/A - grupo empresarial que opera nos segmentos de autopeças e equipamentos ferroviários - a fundação desenvolve programas nas áreas de Educação, Cultura e Bem-Estar Social realizando parcerias com entidades públicas e privadas.

A Fundação Iochpe atua em quatro frentes:

- *Projeto Arte na Escola* – visa qualificar processos educacionais em arte;
- *Programa Formare* – investe na formação profissional de jovens da periferia de regiões industriais;
- *Programa de Investimento Social Paritário* – tem a missão de qualificar o investimento social privado por meio da ação voluntária dos funcionários;
- *Memória Iochpe.* (www.fiochpe.org.br)

Os programas educacionais da Fundação Iochpe, nos vários níveis de ensino, objetivam promover o desenvolvimento integral de crianças e jovens com baixo poder aquisitivo, capacitando-os para exercer uma profissão e ampliando suas habilidades de expressão e comunicação.

Quanto aos recursos para geração das atividades da Fundação:

“são decorrentes das dotações feitas pela mantenedora, bem como de outras pessoas físicas ou jurídicas, aluguéis, juros, dividendos e demais rendimentos, as importâncias cobradas pelo fornecimento de bens e serviços.” (www.fiochpe.org.br).

Em 24 de outubro de 2003 a entidade passou a ser qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei nº. 9.790/99.

O Instituto Elektro

O Instituto Elektro é uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos, e qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Ele foi criado em 2003, e é mantido pela Elektro, uma empresa distribuidora de energia elétrica, que atende 1,95 milhão de pessoas, em 228 municípios. Por causa do extenso território atendido, a empresa tem oito plantas: Andradina, Atibaia, Guarujá, Itanhaém, Limeira, Rio Claro, Tatuí e Votuporanga.

O Instituto atua na área de concessão da empresa – os 228 municípios – e também na sua sede corporativa em Campinas, no bairro Jardim América II. O Instituto, assim como a empresa, também tem sua sede em Campinas, e fica a 200 metros da empresa. É uma casa alugada,

onde acontece o programa Formare. Além da sala usada para as aulas, há outros ambientes: biblioteca, sala de computação e um pátio.

A OSCIP em questão possui três vertentes e seis projetos:

- *Vertente Educare*: promove a educação e o protagonismo juvenil. Projetos: Escola Formare Elektro e Fazer e Acontecer.
- *Vertente Voluntas*: promove o voluntariado na empresa, estimulando os colaboradores a se engajarem em projetos sociais e ambientais desenvolvidos pelo Instituto. Projetos: Abrace, Prêmio Empreendedor Social e Censo de Pessoas com deficiência.
- *Vertente Preservare*: promove a educação e conscientização ambiental entre todos os envolvidos com a empresa (colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros, clientes e comunidade em geral). Alguns dos temas abordados são: reciclagem, manejo de resíduos, coleta seletiva, economia e reutilização de recursos disponíveis, preservação ambiental, entre outros. Projeto: Meninos Ecológicos.

São objetivos do Instituto Elektro:

- “• Contribuir para o alinhamento das três dimensões complementares do Triple Bottom Line e promover a responsabilidade ética, valores morais e culturais;
 - Disseminar o conceito e a prática da cidadania, a fim de contribuir para equidade e justiça social;
 - Incentivar, fomentar e reconhecer o trabalho voluntário desenvolvido pelos colaboradores da Elektro;
 - Estimular o protagonismo juvenil e a co-responsabilidade na promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas, realizando ações estratégicas, sistêmicas e multiinstitucionais.”
- (www.elektro.com.br).

O financiamento dos projetos e programas do Instituto é realizado pela empresa que o criou, e que anualmente investe pelo menos um milhão de reais nesta OSCIP. Além desse dinheiro investido diretamente nos projetos do Instituto, como compra de material didático, computadores, material escolar, alimentação e aulas extra-classe, no ano de 2005, a empresa doou mais um milhão aos Fundos Municipais da Criança e do Adolescente das outras cidades onde a empresa possui planta.

Apesar de o Instituto realizar ações em todas as plantas da empresa, o Formare é oferecido somente na sede corporativa em Campinas, enquanto que nas outras cidades, o projeto de educação oferecido é o Fazer e Acontecer.

Acho válido salientar também um outro projeto do Instituto, da vertente Voluntas, o Prêmio Empreendedor Social. Este tem por objetivo incentivar que os funcionários escrevam seus próprios projetos sociais para beneficiar as comunidades atendidas pela empresa. O Instituto, então, seleciona os melhores trabalhos de acordo com o custo e a facilidade de implementação e reprodução, e os ajuda na realização dos mesmos.

O Projeto Formare

O Formare é um dos projetos da Fundação Iochpe. É um curso de educação e capacitação profissional ministrado dentro das empresas que devem oferecer instalações, tempo e disposição de seus colaboradores que irão atuar como educadores voluntários. É destinado a jovens que estão matriculados no ensino regular.

“Os cursos não formam especialistas, mas desenvolvem habilidades e conhecimentos básicos para que o aluno possa trabalhar tanto em sua área de formação como em áreas afins. A definição dos cursos leva em conta o potencial da empresa, em conjunto com uma análise das demandas profissionais da região onde a unidade está instalada.” (www.fiochpe.org.br).

Como o Formare é um curso de capacitação profissional, cada empresa escolhe o tipo do Formare que vai oferecer. No caso da Elektro, o curso é de agente de serviços administrativos. Os conteúdos são elaborados pelo CEFET do Paraná; é este órgão também quem certifica os alunos.

“O CEFET-PR é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e tem por finalidade formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, fornecendo mecanismos para a educação continuada.” (www.ct.utfpr.edu.br).

Neste projeto em específico, a Fundação Iochpe oferece às empresas o acompanhamento do mesmo: elaboração e fornecimento de material pedagógico; capacitação de coordenadores responsáveis pela implantação do programa na empresa; capacitação de Educadores Voluntários; visitas de assessoria e avaliação e certificação e acompanhamento.

“A fundação Iochpe-Maxion chama este espaço, existente desde 1988, de uma franquia social que objetiva a ajuda social aos adolescentes menos privilegiados da comunidade. Estes jovens, ao passarem pelo programa do Formare, adquirem certificação de nível profissionalizante como assistentes de fábrica ou de administração no nível básico-técnico.” (Olmos, 2002).

O termo “Franquia Social” não aparece no site da Fundação Iochpe, porém, “para fazer uma escola Formare a empresa (...) e passará a contribuir mensalmente para o Fundo de

Desenvolvimento da Metodologia Formare.” (www.fiochpe.org.br). Isto é, a empresa tem que pagar uma quantia mensal para que possa se utilizar da metodologia Formare. Sobre esse assunto relativamente novo, a Folha de São Paulo publica uma matéria explicando o surgimento da franchising social:

“De um lado, empresários preocupados em investir nos conceitos de marketing e responsabilidade social. Do outro, instituições do terceiro setor à procura de parceiros que facilitem o seu crescimento. E, para unir os dois interesses, um novo termo começa a ganhar espaço: a franquia social.” (Caderno Negócios, 24/11/2002).

Além do curso, a empresa tem que se comprometer a oferecer os seguintes benefícios aos alunos: bolsa auxílio, alimentação, transporte, seguro de vida em grupo, assistência médica e odontológica, uniforme, material escolar e assistência social e psicológica.

Olmos (2002, p.35), em sua tese de graduação sobre um dos Formares em atuação, conclui que este curso tem características tanto da educação formal quanto da educação não-formal, o que faz surgir uma dúvida sobre o foco e o objetivo do processo de aprendizagem: a educação estaria ligada à capacitação profissional ou o enfoque está em capacitar o aluno para a autonomia e poder transformador?

A Escola Formare Elektro

A Escola Formare Elektro é um curso profissionalizante de ensino básico na área administrativa, com ênfase no curso de Agente de Serviços Administrativos. É voltado para adolescentes carentes que moram próximo à Sede Corporativa da empresa e que não deixam de frequentar o ensino regular. O curso tem duração de um ano letivo.

As aulas são ministradas apenas por funcionários da empresa, durante o expediente de trabalho e de forma voluntária. Os funcionários que se cadastram para dar aulas no Formare escolhem as disciplinas e os assuntos que gostariam de ministrar aos alunos, sem cobrança por parte da coordenação com relação aos conteúdos e metodologias, mas sim de uma nota por módulo, que no total são três. A média exigida pela coordenação para o aluno não ser reprovado na disciplina é sete. Não há uma cobrança de *feed back* quanto às aulas.

A proposta pedagógica do Formare propõe condições para que os alunos desenvolvam as seguintes habilidades:

- Comunicabilidade (capacidade de expressão oral e escrita);
- Trabalho em equipe (capacidade de levar seu grupo a atingir os objetivos propostos);
- Solução de problemas (raciocínio lógico; capacidade de analisar situações, relacionar informações e resolver problemas);
- Visão de futuro (criatividade; capacidade de planejar, prever possibilidades e alternativas para realizar; acreditar que é capaz de aprender e de realizar);
- Cidadania (capacidade de defender direitos individuais e coletivos; capacidade de analisar e julgar com ética e justiça).

O curso tem um currículo obrigatório, com disciplinas fixas e uma flexível (atividades de integração): Higiene, saúde e segurança; Comunicação e relacionamento; Empreendedorismo; Matemática financeira e comercial; Contabilidade básica; Prática profissional – estágio dentro da empresa com uma hora de duração por dia (duas vezes na semana); Automação de escritórios; Qualidade em serviços e meio ambiente; Apoio administrativo; Informática aplicada; Disciplinas de integração – ao longo do ano são oferecidas seis diferentes disciplinas, não obrigatórias: judô, capoeira, inglês, oficina do conhecimento, teatro e canto.

Estas disciplinas têm uma carga horária mínima obrigatória, mas a coordenação pode decidir se a carga horária será realizada em um ou mais módulos, que ao todo são três: básico, intermediário e avançado. O tempo de duração de cada um dos módulos é de aproximadamente três meses.

No currículo da Escola Formare Elektro, também estão a execução de dois projetos em que eles participarão ao longo do ano letivo: a “Oficina de Direitos Humanos” e a “Semana do voluntariado”. Na Oficina, os alunos aprendem quais são os direitos humanos, fazem uma ilustração dos mesmo e, depois, apresentam às escolas que vão visitar as dependências da empresa – o que acontece uma vez a cada dois meses. Para a realização da Semana do Voluntariado, há uma preparação dos alunos durante o ano letivo, com o objetivo de se explicar o conceito e os objetivos do voluntariado. Depois disso, os alunos têm que fazer um projeto para atuar diretamente na comunidade que eles moram – são projetos na área ambiental e educacional.

Cada turma tem no máximo 20 jovens, sendo que cada ano tem apenas uma turma. Os pré-requisitos para jovens poderem participar desta escola são: ter 15 anos, estar matriculado no primeiro ano do ensino médio da escola do bairro (EE Benedicta Salles Pimentel Wutke), ter renda per capita inferior a R\$ 250,00 mensais e não ser filho de funcionário da empresa.

Os alunos permanecem durante todo o dia no Instituto. São cinco aulas por dia: duas no período da manhã e três no período da tarde. As aulas têm duração de uma hora, com intervalo de 15 minutos entre elas. Às 11h00 os alunos descem na empresa para almoçar, e do meio dia às 13h00 é um horário destinado ao estudo, para que eles possam fazer trabalhos da escola regular ou então da escola Formare. No período da tarde, a partir das 13h00, eles têm as outras três aulas e às 16h30 vão para casa.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização e os efeitos de um desenvolvimento econômico sem limites, desencadearam situações de degradação no mundo inteiro. São as políticas sociais enfraquecidas, o aumento de inúmeros problemas ecológicos e sociais intensificados que produzem incertezas e desarranjos estruturais na sociedade contemporânea. O produtivismo ilimitado se estabelece como prioridade, modificando as relações de trabalho e apresentando como resultado o aumento das taxas de desemprego e dos índices de pobreza.

A implantação do Neoliberalismo no Brasil teve como consequência a reestruturação do Estado, da economia e da cultura política do país. Segundo Dagnino (2004), o processo de construção da democracia no Brasil enfrenta um dilema, chamado por ela de uma “confluência perversa” entre dois projetos antagônicos:

“De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomadas de decisão relacionado com as questões e políticas públicas. (...). De outro lado (...) há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil.” (p.95-96).

Essa ampliação da democracia aconteceu com a Constituição de 88, quando as eleições se tornaram livres. Foi ela quem consagrou o princípio de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Portanto, de um lado temos a incitação à participação da sociedade civil na vida pública durante a década de 90, e, pouco depois, o neoliberalismo faz com que o Estado transfira suas responsabilidades para a sociedade civil. Ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e participante. O grande dilema então, estaria na afirmação de que

as ONGs sustentam a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias com o objetivo de redução da exclusão, porém isto pode acabar servindo ao projeto que lhe é antagônico.

Segundo ainda Paoli (2004, p.97) essa participação da sociedade civil é evidentemente aparente, construída através da utilização de termos familiares e comuns: participação, cidadania, a própria sociedade civil e a democracia. O termo sociedade civil passa a designar somente as ONGs; a participação tem uma adoção de perspectiva privatista e individualista passando a apoiar-se no terreno da moral; finalmente, a noção de cidadania que foi fomentada durante a ditadura militar com o objetivo de transformação social, é incitada agora, como sinônimo de solidariedade.

Este presente estudo nos indica que, apesar de recente, o debate e a questão da responsabilidade social se encontram na ordem do dia, haja visto o grande número de adeptos a essa nova “habilidade” empresarial.

As ações filantrópicas no campo empresarial brasileiro são variadas, existindo, na maioria das vezes, a doação ou o financiamento de programas e projetos sociais e a mobilização para a promoção de alianças e parcerias. O Instituto Elektro tem como um de seus princípios a não doação de recursos financeiros e/ou materiais a qualquer instituição, a não ser que isto faça parte de algum projeto.

Especificamente a empresa aqui pesquisada, no desenvolvimento da responsabilidade social reúne mais atuações voltadas para projetos sociais próprios do que ações de cunho filantrópico. O Instituto Elektro enfoca como público-alvo de suas ações educativas os adolescentes.

A educação deve estar centrada na busca da autonomia, ser um ato político que propicie cidadania e assim, crie a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária, o que provavelmente facilite a emancipação e a diminuição da pobreza política. A Escola Formare Elektro atende ao pressuposto de desenvolvimento e emancipação dos seus participantes, pois promove a sua inserção no mercado de trabalho.

Este trabalho também pôde concluir que na Escola Formare Elektro estão presentes características tanto do setor privado como do setor público. É privado na medida em que este projeto é oferecido por uma OSCIP criada e mantida por uma empresa; há a presença do público quando o projeto oferece a certificação do curso pelo Ministério da Educação e durante a supervisão do CEFET.

Com o Neoliberalismo, os padrões de proteção social até então controlados pelo Estado, passam a ser regulados através de um novo pacto social que a sociedade civil estabelece, através de iniciativas diversas. Com o objetivo de compensação dessa realidade de exclusão social, a sociedade busca alternativas de enfrentamento a esses problemas.

Paoli (2002) detectou que a política da responsabilidade social empresarial sobre a questão social tem características ambíguas e ambivalentes:

- A substituição da idéia de deliberação participativa da sociedade civil pela gestão eficaz dos recursos sociais, sendo que a sociedade civil perde seu espaço de discussão das políticas públicas para a adesão a projetos privados já prontos.
- Através da introdução da idéia de responsabilidade social, a empresa utiliza os recursos do trabalho social e entra no espaço não mercantil, e depois, esses serviços sociais prestados retornam ao espaço mercantil agregando valor aos produtos.

- Os programas sociais dirigidos à comunidade local e aos funcionários são bem delineados e eficazes, e ao mesmo tempo são um instrumento de política da empresa, que pode premiar e exaltar o funcionário que participa dessa ação ou então, “apagar” a sua imagem.
- A responsabilidade social é apresentada à sociedade como prova da ineficiência das políticas públicas, sobre o argumento de estas criarem apenas cidadãos acomodados com o contexto de miséria, e na realidade, não há o compromisso com uma discussão politizadora para conectar a ação ao governo ou ao funcionamento das políticas públicas.

Portanto, o ideário de uma sociedade solidária segue rumo à opção neoliberal por programas seletivos e focalistas, ocasionando um processo de regressão de direitos sociais, que mesmo garantidos constitucionalmente, não são qualidades efetivas das políticas sociais no Brasil. Sobre os projetos oferecidos pela prática da responsabilidade social, “Internamente, diante de sua clientela específica, o modo de funcionamento de sua ação social (...) transforma cidadãos designados como sujeitos de direitos em receptores de favores e generosidades (...)” (Paoli, 2002, p.413). Ao mesmo tempo em que a empresa prega a inclusão das camadas sociais mais pobres, ela mesma preserva e sedimenta este conceito quando recria os cidadãos como dependentes da caridade e da ação externa privada para a possibilidade de inclusão social.

“Com o avanço do modelo neoliberal e a redução do papel do Estado, as políticas sociais são cada vez mais formuladas estritamente como esforços emergenciais dirigidos a determinados setores sociais, cuja sobrevivência está ameaçada. Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade pública ou privada.” (Paoli, 2004, p.108).

Outro questionamento a que teve origem este trabalho também é ambíguo: com a prática da responsabilidade social, o objetivo do Instituto Elektro é incentivar os seus funcionários e a comunidade atendida às práticas de cidadania, para elevação do nível sócio econômico das pessoas atendidas; mas, e ao mesmo tempo, a empresa também quer agregar valor à sua marca, tendo reconhecimento de seus acionistas e consumidores em relação a estes projetos.

Os projetos do Instituto, assim como o surgimento do Terceiro Setor no Brasil, são ambíguos: são democráticos e participativos na medida em que abrem espaço para o funcionário da empresa opinar qual tipo de projeto gostaria de realizar, direcionado a um público específico – crianças, jovens e idosos, como o Prêmio Empreendedor Social. Mas não são em todas as áreas em que os funcionários podem dar a sua opinião.

Portanto a minha convicção é de que a abrangência desse assunto permite a conclusão de que os projetos oferecidos pelo Terceiro Setor são ambíguos e ambivalentes. Além de o movimento empresarial ser uma realidade complexa, ainda pouco conhecida e em desenvolvimento, impedindo afirmações precisas quanto aos seus rumos e reais objetivos.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mariza. *Organização da Educação Nacional na Constituição e na LDB*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998. Coleção educação. pp.15-23.

BARBOSA, Elizabeth R. N. *A responsabilidade social das empresas e os projetos sociais: filantropia ou emancipação social?* Franca: Tese de Mestrado/ Unesp, 2003.

BRUNO, Lucia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In OLIVEIRA, Dalida Andrada (org.). *Gestão democrática da educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMARGO, M.F. (org.). *Gestão do Terceiro Setor no Brasil*. São Paulo: Futura, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Mato, D. *Políticas de ciudadanía y sociedad vive en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DRUMMOND, J.A. & MATTOS, S.M. 2001. *O Terceiro Setor como executor de Políticas públicas: ONGs ambientalistas na Baía de Guanabara*. Revista Sociologia Política: Curitiba, vol. 24, pp. 177-192, jun.2005.

FERNANDES, Ruben César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Opinião; Coluna Tendências/ Debates. 19/06/06.

_____. Caderno Negócios. ONGs viram adeptas do franchising social. 24/11/2002.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2005.

HAM, Cristopher. HILL, Michael. *O Processo de Elaboração de Políticas no Estado Capitalista Moderno*. (tradução e revisão por R. Dagnino). Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2003, pp. 4-62.

LOPES, José Rogério. *Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública*. São Paulo em perspectiva, 18(3): 57-66, 2004.

MELO NETO, Francisco Paulo de. FROES, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, pra onde vai?* São Paulo: Editora Senac, 2001. Série Ponto Futuro; número 6.

NASCIMENTO, Alceu Terra. *Terceiro Setor – fator de confluência na ação social do ano 2000*. Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, SP, 2001. (on line) www.institutofonte.org.br

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Sociedade Civil, entre o Político-Estatal e o Universo Gerencial*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n.52, pp.187-202, jun. 2003.

OLMOS, Jenai. *O espaço chamado Formare e a educação para a empresa*. Campinas, TCC/Unicamp, 2002.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os elementos da cidadania no Brasil. In SANTOS, B. S. *Democratizar a democracia I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Antonio Silveira Ribeiro dos. *Reforma Administrativa e o Terceiro Setor*. Programa Ambiental: A Última Arca de Noé. 2006. (on line) em www.ultimaarcadenoe.com – acesso em 13/04/2007

Sites:

www.minc.gov.br/projs/projsb.htm - acesso em 08/09/2006

www.uniethos.org.br – acesso em 27/05/2007

www.gife.org.br – acesso em 27/05/2007

www.fiochpe.org.br – acesso em 28/05/2007

www.formare.org.br – acesso em 27/05/2007

www.elektro.com.br – acesso em 27/05/2007

www.ct.utfpr.edu.br) – acesso em 15/07/2007